



8.  
2. F. G.  
A

## ATA NÚMERO DOIS

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, reuniu ordinariamente, no auditório da Biblioteca Comendador Montenegro, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: --

1. Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal; -----

2. Relatório do ano de 2025 sobre os incentivos ao investimento concedidos ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã; -----

3. Proposta de aprovação da 3.º modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 1.ª Revisão ao Orçamento e Às Grandes Opções do Plano – do ano de 2026; -----

4. Proposta de aprovação da delegação de competências no domínio da educação do Município da Lousã no Agrupamento de Escolas da Lousã; -----

5. Proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios de 1º, 2º e 3º graus; -----

6. Proposta de aprovação da Carta Social Municipal do Concelho da Lousã; --

7. Plano Municipal para a integração de migrantes no concelho da Lousã; ----

8. Eleição de 2 presidentes de junta para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; -----

9. Eleição de 1 presidente de junta para o Conselho Municipal Educação da Lousã; -----

10. Eleição de 1 presidente de junta para o Conselho Cinegético Municipal; ---

11. Eleição de 1 presidente de junta para o Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

**O Senhor Presidente da Mesa** deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos a todos os presentes -----

**CHAMADA:** -----

-Pedro Miguel Santinho Antunes Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----

-Maria Guilhermina Saúde F. da S. Menezes Antunes Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----



8  
afp

- Daniela Patrícia Ferreira dos Santos Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- João Diogo Veloso de Campos Curvelo Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- António Paulo Xavier Magro Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Ana Isabel Glória Nunes Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Guilherme Marques Batista Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Luís Carlos Cristóvão Pires Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Rui Domingos Lima Morais Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Marília Dias Pereira Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- João Pedro Pereira Ferreira de Melo PS -----
- Ana Filipa Vidal Francisco Simões PS -----
- Patrícia Alexandra de Oliveira Marques Ramalheiro PS -----
- Luís Miguel Vaz Martins PS -----
- Maria João Oliveira Miranda da Franca PS -----
- Renato José Antunes Ferreira que justificou a falta e foi substituído por Mara Tomé PS -----
- Luís Henrique Rodrigues Duarte PS -----
- Marco Aurélio Lopes Sequeira PS -----
- Luís Manuel dos Santos MIL -----
- Ana Paula Manuel Nunes que justificou a falta e foi substituído por Jorge Patrício MIL -----
- José Alexandre Sanches da Gama Barros Ferreira CHEGA -----
- Presidentes de Junta: -----
- Sofia Isabel Dias Simões Antunes PS-----
- Nelson Manuel Martins Gonçalves Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Alcindo José Gonçalves Quaresma Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- António Joaquim Carvalho Seco Movimento Vilarinho Sempre-----
- Jorge Manuel Sequeira Lima Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- O Executivo: -----
- Victor Eugénio das Neves Carvalho Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Ana Paula Dias Neves Sançana Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Luís Filipe Sousa Santa Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----
- Cristina Maria Fernandes Silva Coligação PPD/PSD- CDS/PP -----



2/10  
A

- António Manuel Antunes Marçal PS -----
- Maria Helena Gomes Correia PS -----
- Domingos Manuel Mendes Lopes PS -----

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

**Casimiro Simões, José Castro Caldas, Miguel Gonçalves e David Silva.** -----

**Casimiro Simões** cumprimentou os presentes e referiu a sua preocupação, com o futuro da Louçã, do país e do mundo, em particular nas áreas da proteção ambiental e da preservação do património cultural. Informou que intervinha, à semelhança de ocasiões anteriores, também na qualidade de Presidente da Direção da Associação São Lourenço – Associação de Naturais e Amigos da Silveira de Cima, Silveira de Baixo, Salgueiro e Pé da Lomba, no cumprimento do seu dever cívico de participação democrática. Recordou o incêndio ocorrido em agosto passado, que devastou extensas áreas da Serra da Louçã, causando prejuízos significativos. Denunciou que, após esse evento, têm ocorrido intervenções na zona das Silveiras, alegadamente promovidas por uma ou mais empresas, que considerou lesivas do ambiente, do património e da segurança de pessoas e bens. Referiu, nomeadamente, a mobilização de encostas, destruição de vegetação junto a linhas de água, obstrução de vias públicas e ribeiras, bem como o desvio de águas de nascentes. Mencionou ainda a construção de uma barragem em betão armado na Silveira de Baixo e de um dique de terra na Silveira de Cima, considerando tratar-se de intervenções de legalidade duvidosa e com potenciais impactos negativos no domínio público hídrico, nos habitats da Rede Natura 2000 e na segurança, podendo violar normas de proteção civil. Criticou o facto de o projeto ter sido anteriormente classificado como de interesse público municipal pelos órgãos autárquicos, referindo a ausência de estudo de impacto ambiental. Colocou ao executivo municipal várias questões, designadamente: Se têm conhecimento das intervenções em curso; se as mesmas se encontram devidamente licenciadas; se as estruturas construídas possuem parecer favorável da proteção civil; se existe acompanhamento e fiscalização regular no local; se foi avaliado o risco para pessoas e bens a jusante; que medidas a Câmara Municipal pretende adotar. Concluiu reafirmando que a Associação São Lourenço continuará a



28  
2/10  
X

defender a legalidade e o interesse da comunidade, informando que dará conhecimento da situação às entidades competentes. -----

**José Castro Caldas** iniciou a sua intervenção referindo-se à situação da Serra da Louçã, expressando preocupação com a crescente degradação do território, resultante tanto de fenómenos naturais como de intervenções humanas de difícil compreensão e impacto negativo. Salientou a complexidade em aceder a informações detalhadas sobre determinadas intervenções, nomeadamente projetos de grande dimensão realizados por entidades privadas, o que dificulta a análise e acompanhamento por parte da comunidade e dos órgãos públicos. Manifestou particular apreensão quanto ao uso da água na região, considerando que este recurso é estratégico e que as intervenções humanas têm impactado a sua gestão e disponibilização. Reconheceu que é necessário equilibrar a utilização do espaço e da água com as necessidades da população e a preservação ambiental, destacando a importância de transparência e acesso à informação sobre licenciamento e execução dessas obras. Concluiu colocando-se à disposição para acompanhar publicamente estas questões e reforçar a necessidade de clarificação sobre a legalidade e impacto das intervenções na Serra. -----

**Miguel Gonçalves** iniciou a sua intervenção a comentar a atuação do executivo municipal, considerando que ainda apresenta comportamentos próximos de uma campanha eleitoral, mais focado na promoção da imagem própria do que na governação discreta e eficaz, embora tenha reconhecido que a competência só poderá ser avaliada ao longo do mandato. Elogiou o Presidente da Junta de Freguesia de Serpins pela postura tida na última sessão da Assembleia de Freguesia, e informou ter solicitado à Mesa da Assembleia a apresentação de um voto de louvor ao Presidente da Junta enquanto comandante dos bombeiros de Serpins, reconhecendo a sua dedicação e sacrifícios no comando. Abordou a questão do urbanismo, considerando-o uma prioridade estratégica para o desenvolvimento do concelho e solicitou esclarecimentos ao Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do urbanismo, não apenas em termos burocráticos, mas também quais as medidas já tomadas para melhorar a celeridade processual; quais as necessidades de



Dr. N. J. P.

aperfeiçoamento identificadas e quais os objetivos estratégicos do executivo para o departamento de urbanismo. -----

**David Silva** cumprimentou todos os presentes e questionou o SR Presidente se já existe uma data prevista para a pavimentação da estrada transversal à Rua Dr. Manuel Magalhães Mexia. Identificou algumas habitações em risco de desmoronamento, que afetam a via pública, questionando a responsabilização dos proprietários, dado que a autarquia, as juntas de freguesia e a Proteção Civil já mobilizaram meios para desimpedir as estradas, e quais as medidas previstas para situações semelhantes no futuro. Questionou o Sr. Presidente sobre as linhas de água pluviais, destacando a falta de manutenção de várias linhas de água, resultando em obstruções e danos visíveis. Solicitou informação sobre ações previstas para a limpeza das mesmas. Terminou a intervenção a questionar que medidas serão adotadas para resolver o problema do saneamento, identificando a insuficiência do diâmetro de algumas tubagens para escoar a totalidade do caudal de águas residuais, agravada pela ligação das águas pluviais à rede de saneamento. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e referiu que, desde 29 de outubro, não foram autorizados nem licenciados processos de construção para a zona das Silveiras. Informou que, caso se identifiquem ilegalidades, estas serão apuradas e devidamente respondidas pelos serviços competentes. Relativamente ao urbanismo, destacou o esforço que tem sido feito para agilizar processos, incluindo a reorganização e sectorização de funcionários, bem como a tramitação mais célere de documentação. Referiu que se trabalha atualmente no reforço das equipas, embora ainda não seja possível prever prazos exatos para todos os licenciamentos. Quanto ao arruamento nos Cômoros, explicou que a Câmara não pode intervir enquanto não houver acordo entre proprietários quanto aos limites das parcelas, sendo necessário um entendimento prévio para que o trabalho possa ser realizado. Sobre as habitações em risco de desmoronamento, informou que todas as situações identificadas estão a ser acompanhadas pelos serviços, com ações de estabilização e intervenção sempre que representem perigo para a circulação de pessoas e bens. Ressaltou



B  
2/10/25  
J

que, em situações de urgência, a autarquia tem atuado mesmo perante dificuldades de pessoal e recursos, priorizando a segurança pública. No que respeita às linhas de água pluviais, esclareceu que a gestão destas infraestruturas é da responsabilidade de entidades externas, mas que a Câmara tem intervindo para evitar danos maiores, acrescentando que a execução das obras junto ao Teatro Municipal e junto à EDP já contemplam a separação das águas. O Presidente referiu ainda que algumas soluções são de longo prazo e não poderão ser resolvidas no primeiro mandato, mas que a Câmara tem um projeto estruturado para gestão das redes, visando uma intervenção gradual e sustentável. Reforçou a importância do cumprimento das responsabilidades individuais em relação a propriedades e infraestruturas, garantindo a segurança e manutenção do concelho. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**VOTAÇÃO DAS ATAS:** -----

Colocadas à votação as atas das sessões ordinárias número 25 e 26, realizadas a 10 e 29 de outubro de 2025 respetivamente, e a ata n.º 1 de 2026, as mesmas foram aprovadas por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte. ---

**José Barros Ferreira – do partido CHEGA-** solicitou que doravante nas atas passassem a constar junto do nome dos intervenientes o partido a que pertencem. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse tomar nota da recomendação e que esta será tida em conta. -----

**CORRESPONDÊNCIA:** -----

informou que toda a correspondência recebida foi feita chegar por e-mail a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** informou, também, que deu entrada dentro dos prazos previstos no Regimento Municipal, um voto de Pesar da Mesa da Assembleia que foi remetido a todos os membros da assembleia, pelo que estão reunidas as condições para ser apreciado e votado. -----

**Voto de Pesar:** Pelas consequências causadas no concelho da Louçã e nos municípios de Portugal em resultado das depressões meteorológicas -----



DS.  
2/1/19

**O Sr. Presidente da Mesa** apresentou Voto de Pesar pelas graves consequências das recentes depressões meteorológicas, nomeadamente as tempestades Kristin, Leonardo e Marta, que afetaram o concelho da Louçã e municípios vizinhos da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Os fenómenos provocaram perdas humanas, danos materiais, interrupções em serviços essenciais e afetaram infraestruturas, mobilidade e atividades económicas, exigindo uma resposta coordenada de municípios, Juntas de Freguesia, serviços de proteção civil, bombeiros, forças de segurança, técnicos e voluntários. Assim propôs manifestar solidariedade e condolências às vítimas e apoio aos munícipes, instituições e agentes económicos afetados; reconhecer e louvar o trabalho dos municípios, Juntas de Freguesia, serviços de proteção civil, bombeiros, forças de segurança, profissionais de saúde, técnicos, operacionais e voluntários, com destaque para a atuação do Executivo Municipal da Louçã; apelar ao Governo para avaliação rápida dos danos, acompanhamento permanente do processo de recuperação e disponibilização célere de apoios financeiros extraordinários; interpelar a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para agilizar a regularização de sinistros e indemnizações, garantindo procedimentos simplificados e prazos adequados; recomendar a descentralização de meios financeiros e competências para entidades regionais e intermunicipais, nomeadamente CCDR e CIM, permitindo validação e pagamento mais rápido dos apoios e adoção de medidas estruturais de prevenção e mitigação. Dar conhecimento da presente deliberação à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, à CCDR Centro, à CIM Região de Coimbra, aos municípios que a integram, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal o Voto de Pesar, o mesmo foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos. Documento que por ser extenso se encontra integralmente transcrito no livro anexo a esta ata com o n.º 1 (Doc 1 (um)) -----

**Inscrições: Jorge Lima, Filipa Vidal, Luís Pires, Paulo Magro.** -----



S.  
2/10  
A.

**Jorge Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Serpins Coligação PPD/PSD-CDS/PP** tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e destacou que o grau de destruição provocado pelas recentes tempestades, quer em infraestruturas públicas quer privadas, foi elevado, sendo que, em alguns casos, os prejuízos são irrecuperáveis. Salientou, no entanto, que os impactos no concelho da Lousã não foram ainda mais gravosos, em virtude da pronta e eficaz resposta no terreno, assegurada de forma coordenada e organizada. Referiu que, no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil, foram realizadas diversas reuniões, nas quais se procedeu a um trabalho intenso de coordenação e avaliação da situação. Acrescentou que estas reuniões não tiveram grande visibilidade mediática, quer por não ter sido esse o objetivo, quer por terem sido realizadas, na sua maioria, fora do horário de expediente — nomeadamente à noite, de manhã cedo e aos fins de semana — por decisão do Senhor Presidente, enquanto responsável máximo da proteção civil, de forma a não interferir com as operações no terreno. Destacou que, apesar de se prever um cenário mais grave, a situação acabou por não atingir a dimensão inicialmente estimada, o que considerou positivo. Aproveitou ainda para deixar um conjunto de agradecimentos e reconhecimentos institucionais, nomeadamente ao Executivo Municipal, aos trabalhadores da Câmara Municipal, aos Presidentes de Junta e respetivos executivos, bem como aos membros das Assembleias de Freguesia. Dirigiu igualmente uma palavra de reconhecimento aos serviços técnicos de proteção civil, aos bombeiros, que, para além da resposta local, prestaram também apoio a outros concelhos, designadamente Soure e Montemor-o-Velho, e à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, na pessoa do Comandante Carlos Tavares. Referiu ainda que, durante cerca de 10 a 12 dias, estiveram no concelho elementos da Força Especial de Proteção Civil, em número significativo, que ficaram alojados no Campo Escola dos Escuteiros de Serpins, agradecendo a colaboração dos escuteiros e o apoio logístico assegurado pelo Município. Agradeceu também à GNR da Lousã, aos elementos do GIPS, aos sapadores florestais e às equipas da Comunidade Intermunicipal, bem como à Dueceira, aos profissionais de saúde e às entidades da área social, destacando a ADIC, que acolheu pessoas



DS.  
2-1-10  
A

desalojadas. Reconheceu ainda o contributo de empresas privadas e respetivos colaboradores, bem como de entidades como a E-Redes e a APIN. Por outro lado, manifestou desagrado relativamente à atuação da MEO/Altice, enquanto entidade gestora de comunicações, apontando dificuldades na resposta a situações como linhas caídas e postes danificados, bem como a existência de infraestruturas obsoletas no território, defendendo a necessidade de formalizar essa preocupação junto da entidade. Por fim, deixou um agradecimento à população em geral, salientando o seu papel enquanto agente de proteção civil, destacando o comportamento responsável e colaborante demonstrado no cumprimento das indicações das autoridades. --

**Filipa Vidal-PS** cumprimentou os presentes e saudou a Mesa da Assembleia Municipal pela apresentação do voto de pesar, reconhecendo a sua pertinência e oportunidade. Referiu que a bancada socialista também pretendia apresentar iniciativa semelhante, mas, tendo a Mesa avançado, optaram por não duplicar propostas, associando-se integralmente ao voto apresentado. Destacou que os dias recentes foram de grande exigência, evidenciando, contudo, a solidariedade e o sentido de comunidade do território. Em nome da bancada socialista, expressou reconhecimento e gratidão a todos os que estiveram envolvidos na resposta às intempéries, nomeadamente: O executivo municipal, pela prontidão, organização e presença no terreno; os vereadores e Presidentes de Junta, pela proximidade às populações; os bombeiros municipais e voluntários, forças de segurança, equipas técnicas, trabalhadores operacionais e voluntários, pelo empenho na proteção de pessoas, reposição de acessos e serviços essenciais. Sublinhou que estes fenómenos são cada vez mais frequentes, exigindo não só resposta imediata, mas também planeamento, prevenção e investimento na resiliência. Concluiu reafirmando a disponibilidade da bancada socialista para colaborar na construção de soluções e reiterando o apoio ao voto de pesar, associando-se às condolências e homenageando todos os que estiveram ao serviço da população. -----

**Luís Pires - PPD-PSD/CDS-PP** usou da palavra para se referir aos acontecimentos recentes decorrentes da intempérie. Destacou o facto de o Senhor Presidente



B.  
L. P. D.  
A

da Câmara se encontrar no terreno desde cedo, evidenciando, em sua opinião, uma postura de liderança ativa e próxima, que considera representativa de um executivo do qual afirmou orgulhar-se. Referiu ainda o mote de campanha “É Hora de Mudar”, salientando que, no seu entendimento, essa mudança está a acontecer, defendendo que esta atitude deve continuar a ser promovida no concelho da Louçã, como forma de gerar esperança, nomeadamente junto dos mais jovens. Agradeceu à Mesa a apresentação da proposta de Voto de Pesar, considerando-a necessária e adequada às circunstâncias, acrescentando que, em sua opinião, é também muito importante manifestar o reconhecimento e agradecimento a todas as entidades, operacionais e particulares que prestaram auxílio durante o período em causa. -----

**Paulo Magro - PPD-PSD/CDS-PP** usou da palavra para manifestar o seu acordo com as intervenções anteriores, referindo que estas refletem valores com os quais se identifica plenamente. Salientou o empenho e dedicação de todos quantos estiveram no terreno durante a situação em causa, considerando que foram inexecutáveis no desempenho das suas funções, independentemente das entidades ou pessoas envolvidas, reconhecendo que todos deram o seu contributo de forma exemplar. Acrescentou que a sua intervenção não pretende, de forma alguma, diminuir os elogios já expressos, mas antes complementar o teor do Voto de Pesar apresentado, destacando um aspeto que considera relevante. Referiu que estes acontecimentos evidenciam a crescente vulnerabilidade dos territórios face a fenómenos climáticos extremos, tornando indispensável o reforço das políticas públicas nas áreas da prevenção, do ordenamento do território, da proteção civil e da adaptação às alterações climáticas, com vista ao aumento da resiliência. -----

#### **PONTO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**Inscrições: Joaquim Seco, Nelson Gonçalves, Jorge Lima, João Pedro Melo, Marília Pereira, Luís Santos, José Ferreira, Marco Sequeira, Paulo Magro, João Curvelo.** -----

**Joaquim Seco- Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho – MVS** usou da palavra para se referir aos impactos provocados pelas recentes intempéries no



Dr. H. V. P.

território da sua freguesia. Começou por salientar que a situação vivida foi particularmente exigente, prolongando-se no tempo e obrigando a um acompanhamento constante, envolvendo uma articulação permanente entre os vários intervenientes. Referiu que, embora o concelho não tenha sido tão severamente afetado como outras regiões do país, ainda assim os danos foram significativos, tendo a sua freguesia sido bastante fustigada. Sublinhou que esta realidade teve um forte impacto nos orçamentos das juntas de freguesia, obrigando ao desvio de verbas inicialmente previstas para outros projetos, com o objetivo de repor a normalidade e reparar os estragos causados. Deu nota de que continuam a existir situações por resolver, nomeadamente estradas ainda interrompidas e intervenções provisórias realizadas com recurso a maquinaria, algumas das quais carecem de solução definitiva. Salientou ainda que, enquanto Presidente de Junta, reconhece que cada freguesia procura responder às suas necessidades, mas destacou o espírito de compreensão e partilha existente, no sentido de uma distribuição equilibrada dos recursos disponíveis. Alertou, no entanto, para a insuficiência dos meios face à dimensão dos danos, referindo que nem todas as intervenções previstas poderão ser concretizadas no imediato. Referiu a existência de linhas de água obstruídas, onde se verificam situações de risco devido ao desvio do leito. Referiu igualmente preocupações com áreas perigosas na zona da Ribeira Maior, bem como a existência de árvores e eucaliptos inclinados junto à via, designadamente na estrada 342, representando perigo para a circulação. Neste contexto, sugeriu que, sempre que possível, se promova a articulação com os proprietários dos terrenos confinantes, no sentido de permitir intervenções que eliminem situações de risco, garantindo maior segurança para pessoas e bens. Por fim, abordou a questão do saneamento básico, considerando tratar-se de uma necessidade essencial ainda não plenamente resolvida em algumas zonas da freguesia, referindo, a título de exemplo, a Rua do Brejo até Vale de Moleiros, onde considera importante avaliar a possibilidade de intervenção. -----

**Nelson Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras -Coligação PPD/PSD- CDS/PP** cumprimentou todos os presentes e reconheceu que é nos



Dr.  
J. H. P.

momentos de maior provação que se evidencia a capacidade e a resiliência das equipas. Perante um contexto de adversidade, marcado por elevados níveis de stress e incerteza, destacou a atuação coesa e determinada de todos os intervenientes, que estiveram à altura das exigências impostas pela realidade. Neste sentido, expressou um agradecimento público às seguintes entidades e pessoas: ao Senhor Presidente e ao seu Executivo, pela presença constante e apoio incondicional demonstrado ao longo de todo o processo; ao Senhor Comandante dos Bombeiros e a todos os operacionais; aos Senhores Presidentes de Junta, com especial destaque para o Presidente da Louçã; a todos os Funcionários da Autarquia; aos habitantes das Gândaras, que revelaram elevada compreensão, resiliência e espírito colaborativo, sendo parte ativa na resolução dos problemas, com especial menção ao cidadão Nuno Santos (MIL), pela prontidão na ajuda prestada. Referiu ainda que apesar do cansaço físico inerente à situação vivida, este período permitiu reforçar a coesão e a preparação para desafios futuros, deixando um sentimento de satisfação e confiança. Saliu a necessidade de, para além da reconstrução, promover uma reflexão aprofundada sobre os acontecimentos, assumindo como prioridade o reforço do planeamento e da prevenção, de forma a salvaguardar os pilares essenciais da vida em sociedade e evitar a repetição de situações semelhantes. Por fim, reafirmou a convicção de que a união demonstrada constitui a maior virtude da comunidade, ficando evidenciado que, em conjunto, é possível superar com sucesso os desafios mais exigentes. -----

**Jorge Lima- Presidente da Junta de Freguesia de Serpins - Coligação PPD/PSD-CDS/PP** apresentou preocupações na área da saúde, designadamente quanto à necessidade de reforço do apoio domiciliário a idosos e utentes com mobilidade reduzida, bem como à melhoria da prestação dos serviços de saúde em Serpins. Foi solicitada ao Senhor Presidente informação sobre as medidas a adotar, sublinhando-se a urgência na agilização de respostas, sobretudo em contexto de intempéries. No âmbito da ação social, evidenciou a existência de situações de fragilidade, agravadas pelos recentes eventos climatéricos, nomeadamente casos de pessoas a viver em condições precárias



e sem o devido acompanhamento. Salientou a necessidade de identificação e referenciação destas situações, bem como de uma intervenção célere, enquadrada na recuperação dos danos verificados. Relativamente aos transportes, abordou a situação do sistema do Metro Mondego, referindo-se a constrangimentos no seu funcionamento atual, por razões diversas. Foi registado o término de funções da anterior administração, destacando-se a articulação mantida com o Município e Juntas de Freguesia, a qual permitiu assegurar soluções alternativas de transporte, com cerca de 56 ligações diárias, garantindo a continuidade do serviço. Por último, foi dado conhecimento da disponibilidade manifestada pela administração da Metro Mondego para se deslocar ao território, com vista à prestação de esclarecimentos sobre o processo em curso e intervenções previstas. -----

-----

**João Pedro Melo-PS** cumprimentou os presentes e referiu que as recentes tempestades, nomeadamente a Kristen, constituíram um teste exigente ao concelho, provocando queda de árvores, cortes de estradas, falhas de energia e dificuldades de circulação. Reconheceu o trabalho dos Bombeiros, Proteção Civil Municipal, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, GNR, equipas técnicas e cidadãos, destacando a resposta dedicada que permitiu manter a normalidade possível. Salientou que estes acontecimentos devem servir para reforçar a preparação futura, face à previsível maior frequência e intensidade de fenómenos extremos, sublinhando a necessidade de aumentar a resiliência do território. Referiu fragilidades em infraestruturas como o metrobus, defendendo a criação de faixas de proteção, avaliação de estruturas (taludes, pontes, túneis) e implementação de soluções de redundância e segurança operacional. Propôs medidas de antecipação do risco, designadamente instalação de medidores de caudal, sensores ligados a plataformas digitais, estações meteorológicas locais e sensores de estabilidade de encostas, permitindo alertas atempados e prevenção de situações de perigo. Destacou a importância de melhorar os sistemas de comunicação e alerta à população, através de SMS georreferenciadas, sirenes, painéis informativos e comunicação digital em tempo real. Alertou para a vulnerabilidade das comunicações em



Dr.  
L. P. 17.

caso de falhas elétricas, defendendo alternativas através de redes rádio independentes, geradores, sistemas de comunicação próprios e comunicações por satélite. No âmbito da prevenção de incêndios, defendeu a criação de planos de evacuação por aldeia, com rotas e pontos de encontro definidos, informação prévia à população e realização de exercícios, no quadro do programa “Aldeia Segura”. Sublinhou ainda a necessidade de controlar acessos e estacionamento, às aldeias, em dias de risco elevado, limitar a utilização de trilhos e reforçar a monitorização de utilizadores. Por fim, destacou a importância da gestão florestal eficaz e atempada, com limpeza e fiscalização adequadas, reforçando que a prevenção deve ocorrer antes das épocas críticas. Concluiu afirmando que estes acontecimentos devem ser encarados como um aviso, sendo essencial reforçar a preparação para proteger pessoas e garantir a segurança futura do concelho. -----

**Marília Pereira-PPD-PSD/CDS-PP** cumprimentou os presentes e abordou a área da saúde, no âmbito das competências atribuídas às autarquias pelo Decreto-Lei n.º 23/2019, relativo ao processo de descentralização na gestão, manutenção e investimento nos cuidados de saúde primários, bem como na articulação com a Administração Central. Reconhecendo o esforço desenvolvido pelo Município, colocou as seguintes questões: Qual o montante financeiro transferido pelo Estado para o Município no âmbito da descentralização na área da saúde; se esse valor é suficiente para cobrir os encargos com manutenção, funcionamento e recursos humanos transferidos; se existe levantamento de necessidades ou carências de recursos; que articulação tem sido desenvolvida com a Unidade Local de Saúde de Coimbra, nomeadamente quanto ao reforço do Serviço de Atendimento Complementar ou eventual alargamento de horários; o ponto de situação relativo à criação e implementação do Conselho Municipal de Saúde; que canais ou estruturas municipais existem para atendimento de utentes, nomeadamente para apresentação de questões, pedidos de esclarecimento ou reclamações. Concluiu salientando que a descentralização na área da saúde constitui um processo exigente, mas também uma oportunidade para reforçar a proximidade e qualidade dos serviços, dependendo do sucesso da



cooperação entre o poder local e o Serviço Nacional de Saúde, bem como da capacidade de resposta às necessidades da população. -----

**Luís Santos – MIL** cumprimentou todos os presentes e no âmbito das tempestades referiu que existem, no município, limitações ao nível máquinas e de operacionais disponíveis o que agrava a capacidade de resposta dos serviços, dando como exemplo o pedido de apoio ao Município de Miranda do Corvo e à Dueceira durante as tempestades. Neste contexto, questionou se o reforço recente de cargos dirigentes — designadamente diretores de departamento e chefes de divisão — corresponde às reais necessidades do Município, ou se seria mais prioritário reforçar os recursos operacionais. Questionou o Senhor Presidente sobre a eventual necessidade de o Município acionar mecanismos de apoio externo ou estabelecer parcerias que reforcem a capacidade de intervenção, nomeadamente em emergências. No âmbito da proteção civil, sugeriu a realização de um levantamento exaustivo das zonas mais suscetíveis a fenómenos extremos, como inundações e tempestades, à semelhança de eventos recentes. Propôs a avaliação da aquisição de meios tecnológicos, designadamente um drone com capacidade operacional adequada para apoio em emergências, vigilância e monitorização do território. Relativamente a infraestruturas, referiu a necessidade urgente de intervenção em determinados arruamentos e espaços da vila, incluindo trabalhos de reabilitação e correção estrutural. Questionou também o Executivo sobre a visita realizada ao mercado municipal, solicitando esclarecimento quanto aos objetivos dessa ação e ao estado atual das condições do equipamento. Ainda neste ponto, manifestou apoio a projetos estruturantes com potencial de valorização do território, nomeadamente iniciativas de carácter turístico. Contudo, expressou preocupação quanto à concretização de diversos investimentos anunciados, referindo-se à existência de várias infraestruturas em estado incompleto ou por finalizar, defendendo-se a necessidade de maior eficácia na execução. -----

**José Ferreira – CHEGA** começou por referir a reposição de pavimento em algumas artérias do concelho que não obedecem ao rigor técnico e a necessidade de esclarecimento quanto a publicações e enquadramento legal



18  
19

de determinadas matérias, designadamente as constantes em Diário da República, bem como a sua aplicação prática no contexto municipal. Solicitou informação sobre o ponto de situação do requerimento enviado e respetiva execução, bem como a sua posterior apresentação aos órgãos municipais. Questionou sobre a data de início das transmissões on-line da Assembleia Municipal. Terminou a intervenção dando conhecimento de uma reunião entre o Partido CHEGA e a administração do Metro Mondego, onde foram colocadas várias questões referentes à inoperacionalidade do sistema e quais as medidas tomadas para a reativação do serviço. -----

**Marco Sequeira-PS** cumprimentou todos os presentes e referiu que, na Assembleia de Freguesia de 26 de dezembro, foi criado o Conselho Jovem da União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, felicitando a Junta de Freguesia, na pessoa da sua Presidente, pela iniciativa. Manifestou o desejo de que o referido Conselho tenha sucesso, promovendo a dinamização de atividades e incentivando a participação dos jovens na tomada de decisão. Destacou ainda a aprovação de medidas de apoio à natalidade e aos estudantes, sublinhando a sua importância no incentivo à participação e fixação de jovens. Expressou a expectativa de que estas iniciativas possam servir de exemplo para outras freguesias, promovendo maior envolvimento dos jovens na vida comunitária. Propôs que o Conselho Jovem da União de Freguesias passe a estar representado no Conselho Municipal de Juventude, considerando essa inclusão de interesse para a representatividade da juventude. Referiu que tal poderá ser enquadrado no regulamento em vigor, manifestando, caso necessário, disponibilidade sua e do Grupo Municipal do Partido Socialista para colaborar na sua eventual alteração. -----

**Paulo Magro - PPD-PSD/CDS-PP** cumprimentou todos os presentes e registou um reconhecimento pela melhoria na participação dos cidadãos nas reuniões, destacando como positiva a possibilidade de intervenção com resposta imediata, considerada um avanço significativo face ao modelo anteriormente praticado. Seguidamente, foi mostrada preocupação relativamente ao conjunto alargado de temas apresentados pelo Sr. João Pedro Melo, referindo a dificuldade em identificar medidas concretas já executadas, salientando que,



Dr.  
Ljij.  
A

apesar da enumeração de diversas intenções e projetos, persiste a perceção de que muitas iniciativas se encontram ainda em fase preliminar ou por concretizar, permanecendo, de forma crítica, no plano do "quase". No prosseguimento da intervenção, e em referência às considerações apresentadas pela Sr.ª Patrícia Ramalheiro na última reunião da Assembleia, relativamente à implementação da Assembleia Municipal Sénior, solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente. Neste âmbito, expressou o entendimento de que o Conselho Municipal Sénior não se encontra devidamente regularizado, contestando a afirmação de que o mesmo se encontra plenamente constituído e em funcionamento. Esclareceu que, de acordo com o respetivo regulamento, o mandato dos seus representantes coincide com o mandato autárquico, o qual já terminou, pelo que, até à nomeação de novos membros, o Conselho se encontra, na prática, inativo. Por fim, solicitou esclarecimento quanto ao número de reuniões realizadas por este órgão, bem como o acesso às respetivas atas. -----

**João Curvelo -PPD-PSD/CDS-PP**, defendeu a importância da presença de entidades externas nas reuniões da Assembleia Municipal, com vista à prestação de esclarecimentos à população. Manifestou estranheza relativamente à alteração de posição política do Grupo Municipal do PS sobre esta matéria, reforçando a necessidade de maior transparência. Relativamente ao investimento em curso nas obras de águas pluviais, nomeadamente na zona envolvente ao Cineteatro, expressou o seu agrado. Recordou que, ao longo do mandato anterior, havia alertado diversas vezes para o défice de investimento existente na autarquia, em particular no que respeita à rede de água. Referiu ainda que o concelho da Lousã era um dos que registava maiores perdas de água a nível nacional, considerando, por isso, que a intervenção estrutural em curso é mais do que justificada. Saliou que este tipo de investimento, apesar de pouco visível e com reduzido impacto político imediato, é essencial para a melhoria das infraestruturas e para a sustentabilidade do sistema, reconhecendo a sua importância, mesmo quando realizado em parceria com entidades externas, como a APIN. -----



18.10.19

**O Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra, dirigindo-se aos Senhores Presidentes de Junta, afirmando que as suas preocupações são comuns às do Executivo. Referiu que, desde o início do mandato, o concelho foi afetado por 13 tempestades, destacando o esforço conjunto na resposta às ocorrências e expressando reconhecimento pela dedicação e empenho de todos os envolvidos. Informou que ainda não se encontram definidos os apoios governamentais, embora já tenham sido entregues levantamentos e um relatório preliminar de prejuízos, estimados em cerca de três milhões de euros, prevendo-se o envio de informação adicional. Indicou ainda ter reunido com o Senhor Ministro, estando em preparação uma candidatura a apoios, garantindo que nenhuma freguesia será esquecida. Relativamente às intervenções dos Presidentes de Junta, confirmou que o problema de saneamento na Rua do Brejo está identificado. Na área da saúde, referiu a existência da UCC no apoio domiciliário e a intenção de reforçar respostas, incluindo novos modelos de atendimento. Informou sobre contactos com a Unidade Local de Saúde e a possibilidade de integração do concelho numa nova estrutura, defendendo o reforço dos serviços e alargamento de horários. Indicou ainda que o novo edifício de saúde deverá entrar em funcionamento até junho. No âmbito da proteção e resposta a emergências, destacou a aquisição de comunicações por satélite e de um gerador, bem como a operacionalidade dos sistemas de rádio. Sobre a descentralização de competências, referiu encargos significativos para o Município, com um défice superior a 600.000 euros nas áreas da saúde, ação social e educação. Quanto aos recursos humanos, reconheceu carências, apesar da abertura de concurso para seis assistentes operacionais. Relativamente ao parque de máquinas, informou que está a ser preparado um estudo para a sua renovação, tendo sido necessário recorrer ao apoio de outros municípios em situações pontuais. No que respeita a projetos e investimentos, referiu que o projeto do teleférico se encontra em estudo, estando a ser avaliada a sua viabilidade. Quanto às acessibilidades, indicou que estão a ser analisadas soluções para melhorar a mobilidade. Relativamente ao mercado municipal, informou que o projeto



inicial foi revisto devido ao elevado custo, estando a ser estudada uma solução mais ajustada, com recurso a possíveis financiamentos e intervenções faseadas. Por fim, prestou esclarecimentos adicionais sobre diversos assuntos, nomeadamente processos em curso, órgãos municipais e respostas a requerimentos, informando que se encontram em diferentes fases de desenvolvimento ou implementação. -----

**PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**1. Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal;** -----

**Inscrições: José Ferreira, Joaquim Seco, Guilherme Batista, Marco Sequeira, Ana Isabel Nunes, Filipa Vidal, João Pedro Melo, João Curvelo, Paulo Magro.** -----

**José Ferreira (CHEGA)** tomou a palavra e informou que o Partido CHEGA realizou recentemente uma reunião com a administração da Metro Mondego, na qual foram abordadas diversas questões de natureza técnica relacionadas com as situações ocorridas no terreno. Referiu que, no decurso da reunião, a Metro Mondego identificou algumas falhas ao nível das comunicações, as quais dificultaram a articulação entre os intervenientes, evidenciando a necessidade de reforçar a fiabilidade e a redundância dos sistemas existentes. Informou ainda que foram analisadas as obras previstas, tendo sido reconhecida a sua complexidade, bem como a importância do cumprimento de critérios técnicos e ambientais, encontrando-se alguns projetos em desenvolvimento, ainda que sujeitos a ajustamentos. Acrescentou que, no âmbito da mesma reunião, foi destacada a necessidade de melhorar a comunicação com a população, de modo a garantir uma divulgação mais clara e atempada da informação. Referiu também que algumas intervenções terão uma duração estimada de cerca de seis meses, podendo implicar constrangimentos para os cidadãos, nomeadamente ao nível de eventuais interrupções de serviços essenciais. Por fim, deu conta de que foram igualmente abordadas questões relacionadas com processos administrativos e pagamentos, encontrando-se as mesmas em análise, aguardando-se os devidos esclarecimentos. -----

**Joaquim Seco – Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho MVS** tomou a palavra e abordou a questão da distribuição das mesas de voto e dos locais de



votação. Nesse âmbito, destacou a situação da Rua do Outeiro, nomeadamente no acesso ao Clube Recreativo Vilarinhense, referindo que, em dias de maior afluência, se verifica grande confusão, sobretudo devido ao estacionamento desordenado. Sugeriu a possibilidade de serem adotadas medidas de condicionamento ou proibição de estacionamento naquela via, ainda que a Junta de Freguesia disponha de algum espaço, considerando, contudo, que este se revela insuficiente. Apresentou ainda uma proposta alternativa, a equacionar caso a intervenção prevista na Rua do Outeiro não esteja concluída até às próximas eleições, sugerindo a possibilidade de transferência do local de votação para a Escola Básica n.º 1 da Sarnadinha, por dispor de melhores condições de estacionamento e acessibilidade. Reiterou, no entanto, a preferência pela manutenção no Clube Recreativo Vilarinhense, desde que estejam reunidas as condições adequadas. Por fim, abordou a situação da estrada da Póvoa Fiscal, manifestando preocupação com o escoamento de águas pluviais provenientes da serra, que, em situações de maior precipitação, descem de forma descontrolada, podendo originar riscos. Nesse sentido, propôs a realização de uma visita ao local por parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal, em articulação com a Junta de Freguesia, com vista a estudar soluções que permitam um adequado encaminhamento das águas. -----

**Guilherme Batista- PPD-PSD/CDS-PP** destacou que o orçamento municipal para 2026 foi aprovado com uma dotação global de cerca de 54 milhões de euros, constituindo o maior orçamento da história do Município. Referiu que, no primeiro mês de execução, a receita cobrada ascendeu a cerca de 1,3 milhões de euros e a despesa liquidada a aproximadamente 800 mil euros. Assinalou uma redução de cerca de 132 mil euros nos impostos diretos face ao período homólogo de 2025, associada à diminuição da receita de IMT. Informou que o saldo de gerência transitado é de cerca de 6 milhões de euros, dos quais 3,6 milhões se encontram consignados a investimentos, nomeadamente à requalificação da Escola Secundária e a projetos de habitação a custos acessíveis. Indicou que a execução da despesa em janeiro correspondeu a 1,47% do total anual e que o Município mantém o cumprimento da regra do



D.  
2/1/19  
A/1/19

equilíbrio orçamental, com saldo positivo superior a 440 mil euros. Sublinhou a solidez da posição financeira, com uma dívida total de 5,4 milhões de euros e margem significativa face ao limite legal. Destacou ainda a inexistência de pagamentos em atraso e a melhoria do prazo médio de pagamento para 14 dias, evidenciando uma gestão financeira rigorosa.

**Marco Sequeira – PS** no âmbito das obras nas escolas, questionou se a instalação recente de contentores no campo de jogos da Escola EB 2 está relacionada com o avanço da respetiva empreitada. Relativamente à Escola Secundária, solicitou esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos, designadamente se estes decorrem dentro do previsto, tendo em vista o cumprimento dos prazos estabelecidos no âmbito do PRR. Ainda no domínio das empreitadas, questionou o ponto de situação da obra de estabilização da EM 580, na ligação da Louçã ao Castelo, bem como a eventual previsão para a sua conclusão. Relativamente ao projeto da pista de Pump Track, solicitou informações sobre o que está a ser idealizado, nomeadamente quanto à localização e aos custos estimados. A este propósito, recordou que, em 2018, apresentou, em conjunto com um grupo de jovens, uma proposta no âmbito do Orçamento Participativo para a construção de uma pista de Pump Track. Referiu que essa proposta visava dar resposta às necessidades dos praticantes de modalidades como bicicleta, skate, patins e trotinete, que, na ausência de infraestruturas adequadas no concelho, se viam obrigados a deslocar-se para outros locais ou a utilizar espaços menos seguros. Sublinhou os benefícios associados a este tipo de infraestrutura, designadamente ao nível da segurança, da sua natureza multifuncional, da reduzida necessidade de manutenção, da adequação a diferentes faixas etárias e da promoção da prática de atividade física e de estilos de vida saudáveis. Concluiu referindo que, apesar de a proposta não ter sido aprovada à data, continua a considerar que a sua implementação constituiria uma mais-valia para o concelho. -----

**Ana Isabel Nunes- PPD-PSD/CDS-PP** cumprimentou todos os presentes solicitou informação relativa à reunião de trabalho realizada pelos representantes do IKEA e com proprietários de terrenos tendo em vista a apresentação de modelos de negócios para a gestão florestal na Serra da Louçã. -----



**Filipa Vidal-PS** referiu que a sua intervenção visava dar voz ao descontentamento da população relativamente ao funcionamento do Metro Mondego (Metrobus). Recordou que o projeto foi apresentado como promotor de modernidade, mobilidade e coesão territorial, mas considerou que a sua implementação tem evidenciado desigualdades, nomeadamente no período de gratuidade do serviço. Mencionou que, após o início da operação (agosto e dezembro de 2025), o serviço tem sofrido sucessivas interrupções, agravadas por condições meteorológicas adversas, apontando falhas na resposta alternativa, designadamente insuficiência de transportes, supressão de horários e falta de informação aos utentes. Referiu impactos negativos na vida da população, como atrasos de trabalhadores, faltas de estudantes e constrangimentos generalizados na mobilidade. Criticou ainda a ausência de respostas às reclamações apresentadas, considerando que a situação traduz falta de consideração pelos utentes e pelo território. -----

**João Curvelo - PPD-PSD/CDS-PP** tomou a palavra e referiu-se aos problemas ocorridos no sistema do Metro Mondego, considerando que os mesmos decorrem, em parte, da solução técnica adotada pelo anterior Governo do Partido Socialista para o concelho da Louçã. Sublinhou que a anterior linha ferroviária apresentava características, nomeadamente ao nível da impermeabilização dos solos, que contribuíam para a prevenção de deslizamentos, situação que, no seu entender, não se verifica da mesma forma com a atual solução rodoviária. Acrescentou ainda que o transporte por autocarro apresenta limitações, designadamente em condições meteorológicas adversas, como ventos fortes, o que não sucedia com o transporte ferroviário. Referiu igualmente que, na sequência das ocorrências recentes, a população enfrentou dificuldades, tendo sido necessário recorrer a soluções alternativas, como o transporte em táxi, apontando constrangimentos na organização e utilização desses meios. Defendeu que os problemas verificados não podem ser dissociados da opção técnica adotada, a qual foi, na altura, contestada por forças políticas a nível local, considerando, por isso, que devem ser assumidas as respetivas responsabilidades. Acrescentou ainda que, no seu entendimento, a resposta dada pela Metro Mondego às situações



ocorridas foi a possível dentro das limitações existentes, ainda que não perfeita, atendendo aos constrangimentos estruturais da solução implementada. Por fim, colocou uma questão relativa à ausência de instalações sanitárias nas estações do Metro Mondego, sugerindo que, pelo menos nas estações com maior afluência, sejam equacionadas soluções que permitam disponibilizar este tipo de serviço aos utilizadores. -----

**João Pedro Melo-PS** abordou a temática da gestão integrada de fogos rurais no concelho da Louçã. Referiu que a experiência dos últimos anos, em particular desde 2017, demonstrou que os grandes incêndios resultam, sobretudo, da ausência de preparação prévia do território, sendo o combate apenas a última linha de defesa. Defendeu que o foco deve centrar-se na prevenção, na manutenção e na gestão contínua do espaço rural. Destacou a importância da limpeza e manutenção das linhas de água, salientando que esta intervenção não só contribui para a prevenção de incêndios, como também para a mitigação do risco de cheias. Explicou que a acumulação de vegetação e detritos nas margens pode provocar obstruções em infraestruturas hidráulicas, originando inundações e danos em áreas urbanas e vias de comunicação. Neste sentido, considerou que a manutenção das ribeiras deve ser assumida como uma política estruturante de segurança territorial, questionando qual a estratégia municipal para a sua execução regular, bem como para a articulação com entidades competentes e proprietários. Relativamente às aldeias serranas, sublinhou a necessidade de medidas consistentes, nomeadamente a efetiva execução e verificação das faixas de gestão de combustível, a criação de descontinuidades florestais, a existência de pontos de água operacionais e a manutenção de acessos em condições ao longo de todo o ano. Abordou ainda a atividade florestal, defendendo maior acompanhamento das intervenções de exploração madeireira, de forma a evitar a permanência de carga combustível no solo, bem como o reforço da fiscalização e responsabilização no cumprimento das obrigações legais. Concluiu afirmando que a gestão integrada dos fogos rurais deve ser entendida como uma política contínua de proteção de pessoas e território, permitindo



B.  
R.  
A.

reduzir riscos tanto no período de incêndios como em situações de precipitação intensa, sem comprometer o usufruto seguro da serra. -----

**João Curvelo- PPD-PSD/CDS-PP** interveio para dizer que considera estranha a interpretação feita das suas palavras, nomeadamente a sua associação a António de Oliveira Salazar e a comportamentos não democráticos. Referiu que a sua intervenção se limitou a uma leitura do silêncio da bancada do Partido Socialista (PS), acrescentando que, caso essa não corresponda a uma posição de concordância, então a mesma deverá ser expressamente assumida, à semelhança do que aconteceu noutras ocasiões. Afirmou ainda que durante o último mandato, a sua bancada reforçou os meios de fiscalização da Assembleia, designadamente através do envolvimento de entidades e da transmissão das sessões, contribuindo para um maior escrutínio do executivo. Concluiu referindo que, a existir responsabilidade por eventuais falhas na dinamização e democratização da Assembleia, a mesma recai sobre o PS no último mandato, motivo pelo qual não aceita lições de democracia. -----

**Paulo Magro - PPD-PSD/CDS-PP** interveio e no que concerne ao Metro Mondego, criticou o arrastar do processo ao longo de mais de duas décadas, marcado por sucessivas promessas incumpridas, adiamentos e alterações ao projeto inicial. Referiu que as soluções atualmente adotadas continuam a suscitar dúvidas e preocupações quanto à sua eficácia. Saliou que a situação resulta de responsabilidades acumuladas ao longo do tempo por diferentes intervenientes, defendendo, ainda assim, que é urgente uma atuação concertada que permita corrigir os problemas existentes e assegurar melhores resultados. Relativamente à prevenção de incêndios, reconheceu a sua importância, mas criticou a recorrente produção legislativa sem impacto prático significativo, sublinhando que, ano após ano, se repete o mesmo diagnóstico sem que se verifiquem avanços consistentes no terreno. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que os serviços municipais têm acompanhado de perto todo o processo, na sequência das ocorrências verificadas, as quais considerou anormais. Destacou o esforço desenvolvido pelos serviços no sentido de minimizar o impacto junto da população, afirmando que, até ao momento, não tem razões para duvidar dos



Dr.  
M. J. P.

compromissos assumidos pela administração, acreditando na sua sensibilidade e responsabilidade institucional. Ao Senhor Joaquim Seco informou ter registado a sugestão apresentada, referindo que, apesar da elevada carga de trabalho, o Executivo continuará empenhado na concretização das ações necessárias. De seguida abordou a situação das obras municipais, com particular enfoque na Escola Secundária da Louçã e informou que a empreitada sofreu constrangimentos e atrasos, tendo o prazo inicialmente previsto sido prorrogado. Referiu que estão a ser encetados todos os esforços junto do empreiteiro para reforçar a capacidade de execução e cumprir, tanto quanto possível, os prazos definidos. Acrescentou que diversos fatores têm condicionado o andamento da obra, nomeadamente dificuldades na cadeia de abastecimento, indisponibilidade de subempreiteiros e condições climatéricas adversas. Ainda assim, salientou que o objetivo passa por permitir que o próximo ano letivo decorra, tanto quanto possível, em condições de normalidade. Referiu também contactos com entidades governamentais e com a CCDR, no sentido de encontrar soluções que permitam assegurar o financiamento e a continuidade das obras, reconhecendo que este é um problema transversal a vários municípios. Informou que os contentores instalados servirão de salas de aulas, de forma a libertar espaços e permitir o avanço dos trabalhos. No que respeita à execução de outras empreitadas, destacou que algumas decorrem dentro dos prazos, enquanto outras apresentam riscos de incumprimento, sublinhando a necessidade de acompanhamento permanente e adoção de mecanismos que mitiguem eventuais atrasos. Relativamente ao sistema de mobilidade do Metro Mondego, referiu que, apesar das dificuldades registadas, nomeadamente devido a condições meteorológicas adversas, mantém confiança no projeto, considerando que este deverá evoluir positivamente. Sublinhou, contudo, a necessidade de ajustes e melhorias, designadamente ao nível da operação e resposta às populações. Reconheceu que, em situações recentes, se verificaram constrangimentos no serviço, com impactos para os utilizadores, nomeadamente devido à interrupção da circulação e insuficiência de alternativas de transporte. Ainda assim, considerou que a avaliação do sistema deverá ser feita de forma ponderada, tendo em



conta o contexto excecional em que ocorreram tais situações. Referiu igualmente que o Município tem procurado responder às reclamações apresentadas, dentro das suas competências, apesar de não ser a entidade gestora do sistema. No âmbito da proteção civil, destacou os efeitos das recentes intempéries, nomeadamente a queda de árvores, barreiras e acumulação de materiais nas linhas de água, informando que foram realizadas intervenções significativas de limpeza, com remoção de grandes quantidades de detritos. Salientou que está em curso um trabalho contínuo de limpeza e gestão de combustível florestal, reconhecendo, contudo, as limitações existentes e a necessidade de priorizar intervenções. -----

**Filipa Vidal -PS** esclareceu que a sua intervenção anterior não constituiu uma crítica ao projeto de mobilidade em si, mas antes à resposta operacional dada em contexto de intempérie, referindo que houve falhas ao nível da informação e alternativas disponibilizadas aos utilizadores, situação que considerou dever ser melhorada. -----

**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** tomou a palavra para apresentar uma proposta ao plenário, sugerindo que, atendendo à relevância do tema do Metro, seja dirigido um convite à Administração da Metro Mondego para estar presente numa próxima sessão da Assembleia. -----

Colocada a proposta à consideração, foi manifestada concordância quanto à sua pertinência, tendo sido deliberado proceder ao respetivo convite. -----

#### **PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**2.Relatório do ano de 2025 sobre os incentivos ao investimento concedidos ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã;** -----

**Inscrições: Paulo Magro, Luís Martins.** -----

**Paulo Magro PPD-PSD/CDS-PP** - começou por referir, relativamente à derrama, que o relatório apresentado evidencia os valores apurados, bem como as empresas abrangidas. Referiu ainda que considera positivo o acompanhamento efetuado e a disponibilização de informação. No que respeita ao regime de isenções, mencionou a aplicação de benefícios por um período de dois anos, associados à criação de postos de trabalho,



D.  
Luis  
Martins

nomeadamente para empresas que criem entre três e dez postos de trabalho, salientando a importância destas medidas como incentivo à fixação e desenvolvimento da atividade económica. Relativamente à zona industrial do Alto do Padrão, referiu que subsistem algumas questões que merecem análise mais aprofundada, admitindo que essa matéria poderá vir a ser discutida em momento posterior, com base em informação adicional. Concluiu deixando uma nota de reconhecimento pela instalação de novas empresas no concelho. **Luís Martins-PS** iniciou a sua intervenção no âmbito da apreciação do relatório relativo aos incentivos concedidos ao investimento no concelho durante o ano de 2025. Reconheceu a importância da captação de investimento como instrumento de desenvolvimento local, destacando o apoio às empresas, o estímulo à atividade económica e a promoção do emprego como objetivos comuns. Salientou igualmente como positivo o cumprimento do dever de prestação de contas através da apresentação do relatório à Assembleia. Referiu, contudo, que a concessão de incentivos, nomeadamente através de bonificação do preço de lotes e isenções de impostos municipais, implica uma opção estratégica de abdicação de receita pública, devendo, por isso, ser acompanhada de informação clara sobre o seu impacto. Observou que o relatório apresenta as candidaturas e os incentivos atribuídos, mas não quantifica o impacto financeiro dessas decisões nem detalha os resultados alcançados, designadamente ao nível da criação de emprego ou do acompanhamento dos compromissos assumidos pelas empresas. Defendeu que, em futuras apresentações, o relatório deverá incluir informação adicional que permita uma avaliação mais completa do impacto financeiro e económico das medidas adotadas, considerando que maior transparência reforça a qualidade das políticas públicas. Concluiu manifestando o voto favorável, num espírito de responsabilidade e contributo construtivo. -----

**O Senhor Presidente** referiu ser gratificante constatar que o concelho da Louçã continua a atrair o interesse de novas empresas, destacando a dinâmica económica verificada. Nesse âmbito, informou que têm sido mantidos contactos com diversos investidores, encontrando-se atualmente em análise uma proposta de investimento na ordem dos 10 milhões de euros, com



*Handwritten signature in blue ink.*

potencial para a criação de cerca de 80 postos de trabalho. Contudo, alertou para a existência de constrangimentos significativos, nomeadamente a escassez de espaço disponível na zona industrial do Alto do Padrão, o que dificulta a instalação de novas empresas. Referiu que, apesar de o anterior Executivo ter procedido à aquisição de alguns terrenos, essa estratégia revelou-se insuficiente face às necessidades atuais, existindo ainda áreas na posse de privados que seriam estratégicas para a expansão da zona industrial. Informou que o Município está a desenvolver esforços no sentido de adquirir novos terrenos e promover a expansão da área industrial, tendo já alguns contactos estabelecidos e negociações em curso. Sublinhou, no entanto, que a dimensão das áreas pretendidas por alguns investidores torna o processo mais complexo, dificultando uma resposta imediata. Acrescentou que, para além da aquisição de novos terrenos, está também a ser equacionada a adoção de medidas adicionais, designadamente a reversão de lotes anteriormente cedidos pela autarquia e que, até à data, não foram objeto de qualquer desenvolvimento. Considerou que não é admissível manter terrenos destinados à atividade económica sem utilização, impedindo assim o crescimento e a captação de investimento para o concelho. Nesse sentido, informou que estão a ser estudados os mecanismos legais que permitam notificar os titulares desses lotes, de modo que avancem com os respetivos projetos, sob pena de reversão dos terrenos para a posse do Município. Por fim, dirigindo-se ao Senhor Luís Martins, referiu ter tomado nota das observações apresentadas, considerando-as pertinentes. Reconheceu a importância de avaliar com rigor as intenções manifestadas pelos investidores, uma vez que nem sempre se concretizam nos termos inicialmente previstos, assegurando que essas preocupações serão tidas em conta em futuros processos e candidaturas. -----

Colocado à apreciação da Assembleia Municipal o Relatório do ano de 2025 sobre os incentivos ao investimento concedidos ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Louçã o mesmo foi aprovado por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos (doc. nº 3(Três)). -----

**PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----



28.  
HFD  
A

### **3.Proposta de aprovação da 3.º modificação ao Orçamento e Às Grandes Opções do Plano – 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – do ano de 2026;** -----

**Intervenções:** Luís Martins, Guilherme Batista -----

**Luís Martins-PS** referiu que a alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano tem como elemento central a integração do saldo de gerência do ano anterior, cujo valor global ultrapassa os seis milhões de euros. Esclareceu, no entanto, que nem a totalidade desse montante se encontra disponível para novas decisões, destacando que: Cerca de 3,6 milhões de euros estão consignados a projetos e compromissos já assumidos, nomeadamente na área da habitação a custos acessíveis (programa 1.º Direito), intervenções na Escola Secundária e projetos cofinanciados; existem ainda valores associados a operações de tesouraria, que não constituem margem de decisão livre. Referiu que o saldo não consignado, no valor aproximado de 1,9 milhões de euros, corresponde à parcela efetivamente disponível, sendo esta a que é integrada na presente revisão orçamental. Indicou ainda que a modificação contempla ajustamentos em diversas rubricas de despesa, designadamente: reforço de despesas correntes da administração geral, assegurando o funcionamento dos serviços; reprogramação de verbas na área da educação, incluindo o projeto de Promoção do Sucesso Educativo; ajustes em projetos constantes das Grandes Opções do Plano, em função da execução prevista para 2026. Concluiu referindo que o orçamento global para 2026 é reforçado, mantendo-se o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, sublinhando a importância de distinguir entre o saldo global e a parcela efetivamente disponível para novas opções. -----

**Guilherme Batista-PPD-PSD/CDS-PP** referiu que a presente modificação orçamental tem como objetivo principal a incorporação do saldo de gerência do exercício anterior, garantindo a estabilidade financeira e o ajustamento da execução orçamental para o ano de 2026. Informou que o saldo de gerência final de 2025 ascende a 6.091.354,59 €, sendo composto por um saldo de execução orçamental de 5.545.488,85 € e um saldo de operações de tesouraria de 545.865,74 €. Esclareceu que, no âmbito da primeira revisão às



24/11/2025

demonstrações previsionais, é incorporado exclusivamente o saldo orçamental não consignado, no valor de 1.932.073,77 €. Referiu que a revisão contempla a anulação de receitas no montante global de 1.853.482,07 €, com especial incidência em outras receitas não correntes, e um reforço da despesa prevista para 2026 no valor de 186.091,70 €. Concluiu indicando que, em termos globais, o Orçamento de 2026 regista um acréscimo de 0,33%, correspondente a cerca de 180 mil euros, mantendo-se assegurado o cumprimento da regra do equilíbrio financeiro. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a proposta de aprovação da 3.º modificação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – do ano de 2026, foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos (doc. nº 4(quatro)). -----

#### **PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

#### **4.Proposta de aprovação da delegação de competências no domínio da educação do Município da Louçã no Agrupamento de Escolas da Louçã;** -----

#### **Intervenções: Mara Tomé** -----

**Mara Tomé- PS** referiu que, no âmbito do processo de descentralização, foram transferidas para os Municípios competências anteriormente exercidas pelo Estado, incluindo a gestão do pessoal não docente. Esclareceu que os assistentes operacionais mantêm vínculo laboral ao Município, sendo esta a entidade responsável pela abertura e condução dos respetivos procedimentos concursais. Indicou, contudo, que a gestão funcional quotidiana destes trabalhadores, nomeadamente organização de horários, distribuição de serviço, controlo de assiduidade, autorização de férias e avaliação de desempenho, se encontra delegada no Diretor do Agrupamento de Escolas, garantindo uma gestão de proximidade. Relativamente aos procedimentos concursais, referiu que é possível a integração de um representante do Agrupamento no júri, desde que formalmente designado, considerando que tal constitui uma mais-valia para adequar a seleção às especificidades do contexto escolar, nomeadamente na avaliação de competências comportamentais e experiência com crianças e jovens. Sublinhou que, embora



28.10.19

a carreira de assistente operacional tenha um conteúdo funcional amplo e não especializado, existem mecanismos organizativos que permitem ajustar a resposta às necessidades específicas dos alunos, incluindo aqueles com necessidades educativas ou de saúde, através da adequada distribuição de funções e organização de equipas. Acrescentou que, na definição de perfis para recrutamento, é possível valorizar experiência e formação relevantes para o contexto escolar, dentro dos limites legais. Concluiu afirmando que o modelo em vigor assegura uma articulação institucional eficaz entre Município e Agrupamento, permitindo uma resposta adequada às necessidades das escolas e dos alunos, promovendo uma atuação cooperante e centrada no interesse público e na qualidade do serviço educativo. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que com a mudança de Executivo, foi necessária a renovação da delegação de competências com o Agrupamento de Escolas. Destacou que esta renovação implica um reforço significativo do investimento municipal, ascendendo a 642.000 euros, evidenciando-se ainda a existência de encargos adicionais, nomeadamente cerca de 270.000 euros, associados ao reforço de recursos humanos, em particular de assistentes operacionais. Sublinhou que, desde o início do mandato, tem sido reiterada a necessidade de reforço de pessoal nas áreas escolares, considerando tratar-se de uma resposta essencial às necessidades do sistema educativo local. Referiu ainda que a realidade da comunidade escolar impõe uma atenção especial por parte do Município, dada a complexidade e exigência do contexto. Reconheceu que estas matérias são particularmente sensíveis e exigentes para a gestão autárquica, exigindo um esforço contínuo de resposta, ainda que nem sempre seja possível corresponder de forma imediata a todas as necessidades identificadas. Acrescentou que o Município tem procurado responder de forma positiva às solicitações apresentadas, salientando o esforço financeiro e organizacional já realizado, bem como os resultados dos concursos recentes para recrutamento de pessoal, que contribuíram para mitigar algumas das carências existentes. Concluiu referindo que continuará a ser necessário acompanhamento permanente desta área, de forma a assegurar a adequada



*Handwritten signature in blue ink.*

resposta às necessidades do Agrupamento de Escolas e da comunidade educativa. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação a Proposta de aprovação da delegação de competências no domínio da educação do município da lousã no agrupamento de escolas da lousã, a mesma foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, (doc. nº 5(cinco)). -----

**PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**5. Proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios de 1º, 2º e 3º graus;** -----

**Intervenções: Henrique Duarte, Luís Santos.** -----

**Henrique Duarte-PS** usou da palavra para dizer que este processo representa uma despesa significativa e acrescida no Orçamento Municipal, matéria que já foi anteriormente discutida, pelo que considera essencial que a Assembleia acompanhe de forma próxima a condução dos respetivos procedimentos concursais. Neste contexto, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o prazo estimado para a conclusão dos concursos, sublinhando a importância do preenchimento destes cargos para o regular funcionamento da autarquia. Adicionalmente, e perante a listagem apresentada relativa à composição do júri dos concursos, considerou ser dever dos eleitos solicitar esclarecimentos, no sentido de garantir a máxima transparência do processo, nomeadamente quanto à forma como foi definida a composição do júri e quais os critérios que irão presidir à avaliação dos candidatos. -----

**Luís Santos- MIL** questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o custo da criação dos lugares de dirigentes e qual o motivo por que o documento não foi acompanhado com o relatório de gestão documental.

**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que a questão dos prazos deve ser enquadrada num horizonte temporal adequado, salientando que a execução dos processos depende de múltiplos fatores. Acrescentou que o objetivo do Executivo é assegurar que os procedimentos sejam concluídos no mais curto espaço de tempo possível, distinguindo esta abordagem de outras práticas em que os dirigentes se mantêm em regime de substituição por períodos



prolongados. Esclareceu que o Município procura, sempre que possível, proceder à abertura célere dos respetivos concursos, ainda que estes estejam sujeitos aos prazos legais próprios dos procedimentos de contratação pública. Relativamente aos critérios utilizados na elaboração das listas e à condução dos procedimentos concursais, afirmou tratar-se de processos totalmente transparentes, enquadrados na lei e sem qualquer matéria oculta, sublinhando a inexistência de irregularidades. Em resposta ao Senhor Luís Santos, referiu que os custos associados aos concursos foram apresentados na altura da alteração da estrutura orgânica, sendo igualmente incluídos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os relativos ao exercício de 2026. Acrescentou que a gestão documental é pública e acessível, podendo ser consultada nos termos legais. Concluiu reiterando que se trata de processos de natureza pública e transparente, não existindo qualquer ocultação de informação ou limitação ao acesso aos dados. -----

**Luís Santos -MIL** referiu que a reorganização interna dos serviços, suscita dúvidas quanto à sua implementação e respetivos objetivos. Manifestou preocupação relativamente à eventual criação ou alteração de cargos dirigentes, questionando a necessidade e fundamentação dessas alterações.

Expressou ainda receio de que tais mudanças possam ter como finalidade a acomodação de pessoas, referindo não compreender plenamente a redução ou reorganização do número de chefes de departamento e a eventual transformação de alguns cargos de chefia em direções intermédias. Sublinhou que, ao longo das várias sessões da Assembleia, tem levantado dúvidas sobre estas matérias, considerando que as respostas até agora fornecidas não foram suficientemente claras nem satisfatórias. Solicitou, por isso, informação mais detalhada, nomeadamente quanto aos valores envolvidos e ao impacto da reorganização interna nos serviços municipais, bem como aos fundamentos que sustentam as alterações estruturais implementadas. Concluiu afirmando que aguarda esclarecimentos adicionais e a disponibilização da documentação correspondente, de forma a melhor compreender o processo de reorganização em causa e o seu impacto na estrutura da Câmara Municipal. -----



*Handwritten signature in blue ink.*

**O Sr. Presidente da Câmara** tomou a palavra para prestar esclarecimentos, referindo que, sempre que são levantadas suspeições sobre a sua atuação, reserva-se o direito de responder em conformidade, sublinhando, ainda assim, a sua disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos necessários. Esclareceu que os critérios utilizados nos procedimentos em causa são integralmente os previstos na lei, sendo os júris constituídos nos termos legalmente estabelecidos. Relativamente à gestão documental, referiu que toda a documentação foi disponibilizada, reiterando que se trata de um processo de natureza pública, acessível a qualquer momento para consulta pelos interessados. Acrescentou que, caso subsistam dúvidas adicionais, poderão dirigir-se aos serviços competentes do Município, onde poderão consultar diretamente os processos em causa. Concluiu reafirmando que se trata de procedimentos transparentes e enquadrados na lei, estando a informação disponível nos canais institucionais próprios. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação proposta de abertura de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios de 1º, 2º e 3º graus, a mesma foi aprovada com duas abstenções do Partido MIL e uma abstenção do Partido CHEGA quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 6 (seis). -----

**PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**6. Proposta de aprovação da Carta Social Municipal do Concelho da Louçã**-----

**Intervenções: Jorge Lima, Patrícia Ramalheiro, Mara Tomé.** -----

**Jorge Lima – Presidente da Junta de Freguesia de Serpins - Coligação PPD/PSD-CDS/PP** informou ter participado em duas reuniões do CLAS, as quais considerou bastante extensas, destacando a diversidade de entidades envolvidas e a multiplicidade de projetos na área da ação social no concelho da Louçã. Nesse contexto, manifestou a perceção de que existe uma necessidade de melhoria dos mecanismos de coordenação entre as diversas entidades, defendendo a criação ou implementação de uma ferramenta informática que permita uma melhor articulação, gestão e monitorização dos apoios sociais existentes. Referiu ainda a sua preocupação quanto à possibilidade de existirem munícipes que não têm acesso a apoios por desconhecimento da sua existência, bem como



situações em que alguns beneficiários poderão recorrer simultaneamente a diferentes apoios, por via de diferentes entidades, o que, no seu entendimento, poderá gerar desigualdades na distribuição dos recursos. Acrescentou que a ausência de uma plataforma centralizada poderá contribuir para dificuldades de articulação entre o Município, as juntas de freguesia e as restantes entidades envolvidas na área social, originando ineficiências na resposta social. Sublinhou que um dos objetivos da Carta Social passa pela identificação e avaliação dos equipamentos sociais existentes, defendendo que tal só será plenamente eficaz com recurso a uma plataforma de informação fiável e integrada. Referiu ainda um caso recente de realojamento, em que, apesar de ter sido possível encontrar solução, se verificaram dificuldades de articulação entre entidades, com impacto na eficiência dos procedimentos e na utilização de recursos. Concluiu defendendo a necessidade de criação de uma plataforma ou mecanismo equivalente que permita melhorar a coordenação institucional e otimizar a gestão dos recursos sociais existentes no concelho. -----

**Patrícia Ramalheiro-PS** referiu que a Carta Social da Louçã constitui um instrumento essencial para diagnosticar necessidades sociais e coordenar respostas eficazes no concelho até 2029. Destacou que o documento não só apresenta um mapeamento rigoroso da rede de serviços e equipamentos sociais — desde creches ao apoio domiciliário, respostas para idosos e parcerias com IPSS — como também estabelece uma visão estratégica que deve orientar a tomada de decisão política. Destacou a tradição da autarquia em investir em medidas de apoio social e parcerias sólidas, sublinhando que a Carta Social permite ajustar a rede existente às necessidades concretas da população, considerando fatores como envelhecimento acelerado, inclusão laboral e pressão sobre serviços essenciais. Referiu medidas concretas — já efetuadas pelo anterior executivo — de reforço da articulação entre Município, IPSS e outras entidades locais, incluindo: contratos-programa plurianuais com IPSS para estabilidade financeira e redução de listas de espera; criação de uma comissão anual de acompanhamento da Carta Social, com participação das juntas de freguesia e do Conselho Local de Ação Social; integração de recursos para inovação social no Orçamento Municipal, contemplando respostas para



cuidadores e apoio em saúde mental. Concluiu afirmando que, enquanto oposição responsável, o PS aprova o documento, reconhecendo nele o compromisso histórico com o desenvolvimento social e reforçando a necessidade de resultados concretos para uma Lousã mais coesa e inclusiva.

**Mara Tomé-PS** acrescentou uma reflexão complementar, centrada na educação, inclusão, deficiência e empregabilidade. Destacou que a Carta Social poderia ser enriquecida com uma análise mais aprofundada sobre a inclusão de pessoas com deficiência e neuro divergência ao longo da vida, considerando o regime de educação inclusiva em vigor desde 2018. Sugeriu que, numa futura atualização da Carta, fossem incorporados indicadores que permitam uma visão integrada da transição escola-vida adulta, incluindo: número de alunos com medidas de suporte à aprendizagem; recursos especializados disponíveis; acompanhamento técnico; dados sobre conclusão do ensino secundário e percursos pós-escolaridade obrigatória. No domínio da empregabilidade, propôs o desenvolvimento de indicadores, metas e estratégias para monitorizar e reforçar a integração no mercado de trabalho, garantindo que a inclusão plena envolva acesso ao emprego, formação certificada e participação ativa na economia local. Concluiu que a Carta Social deve ser um documento dinâmico, e que o reforço e aprofundamento do seu conteúdo permitirá alinhar o planeamento social com as necessidades reais da população, promovendo um concelho verdadeiramente inclusivo e sustentável até 2029. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que, no âmbito da área social, foi realizado um diagnóstico, encontrando-se em desenvolvimento um plano estratégico para dar resposta às necessidades identificadas. Manifestou ainda apreço pelas sugestões apresentadas, considerando-as pertinentes e assegurando que as mesmas serão analisadas individualmente no contexto dos trabalhos em curso. Sublinhou a importância de envolver um maior número de entidades do concelho na elaboração da Carta Social, reconhecendo que algumas das questões levantadas estão diretamente relacionadas com o trabalho desenvolvido no âmbito do CLAS. Destacou, por fim, que o concelho dispõe de entidades com experiência em diversas áreas de intervenção social, o que



Dr.  
Mário  
A

constitui uma mais-valia para enriquecer o processo, devendo estas ser chamadas a participar de forma ativa na construção das soluções. -----

Colocada à votação Carta Social Municipal do Concelho da Louçã, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 7 (sete). -----

**PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**7.Plano Municipal para a integração de migrantes no concelho da Louçã;** -----

**Intervenções: Maria João Franca, José Ferreira, Luís Pires.** -----

**Maria João Franca-PS** referiu que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes não surge por acaso, resultando antes de uma evolução significativa da realidade demográfica do concelho. Destacou que, entre 2021 e 2023, a população estrangeira com estatuto legal na Louçã passou de 470 para 837 residentes, representando atualmente cerca de 4,8% da população do concelho. Sublinhou que esta evolução ocorre num território marcado por elevados índices de envelhecimento, com impactos estruturais, demográficos e económicos, pelo que ignorar esta transformação seria, no seu entendimento, um erro estratégico. Referiu que o diagnóstico apresentado evidencia, entre outros aspetos, que as barreiras administrativas à regularização da permanência legal continuam a constituir o principal motivo de atendimento nos centros locais de apoio à integração de migrantes, defendendo que sem estabilidade jurídica não é possível garantir uma integração efetiva. Acrescentou que o acesso à habitação constitui uma das principais dificuldades, num mercado já pressionado, em que os migrantes enfrentam encargos acrescidos no acesso ao arrendamento, quer pelos valores praticados quer pelas exigências associadas. Considerou que esta realidade tem impacto social direto e não pode ser ignorada. Referiu ainda a existência de situações de subaproveitamento de qualificações e competências profissionais existentes no concelho, o que considera representar uma ineficiência económica e uma injustiça social, tanto para a população migrante como para o território. Destacou ainda que o Plano se estrutura em três eixos principais: valorização de competências, acesso a direitos e promoção da participação, sublinhando a importância de um sistema de monitorização estratégico, consistente e



Dr.  
Luís Pires

contínuo. Alertou, contudo, que a existência de planos, por si só, não resolve os problemas, sendo determinante a sua efetiva execução. Reconheceu que a maioria dos migrantes inquiridos refere sentir-se integrada, o que considera um sinal positivo da capacidade de resposta local, embora existam também relatos de situações de discriminação e dificuldades no acesso a serviços, os quais não devem ser desvalorizados. Defendeu que a integração constitui uma política pública com impacto direto na coesão social, na estabilidade e no desenvolvimento do concelho, devendo, por isso, ser acompanhada com exigência. Sublinhou a necessidade de definição de metas quantificáveis, produção de relatórios periódicos e avaliação contínua da execução do plano, bem como a articulação com políticas de habitação e o envolvimento do tecido empresarial. Concluiu afirmando que, sem mecanismos de monitorização, não existe verdadeira política pública, mas apenas intenções, referindo que o plano poderá ser um instrumento transformador ou apenas um documento formal, dependendo da sua execução. Reforçou que a integração deve assentar na igualdade de oportunidades reais e não apenas em intenções declaradas. -----

**José Ferreira-CHEGA** referiu o método de amostragem utilizado no âmbito do processo em análise, considerando que a mesma foi efetuada com base em 32 indivíduos, num universo de 834 residentes. Sublinhou que, no seu entendimento, tal amostra, não permite assegurar a representatividade necessária, defendendo que uma amostragem adequada deveria corresponder, pelo menos, a 10% da população migrante residente no concelho. Concluiu, assim, que a metodologia utilizada poderá não refletir de forma suficientemente rigorosa a realidade da população em causa, o que deverá ser tido em consideração na análise dos resultados apresentados. -----

**Luís Pires -PPD-PSD/CDS-PP** considerou que a integração dos migrantes deve constituir uma prioridade e uma "bandeira" do concelho, sublinhando a sua importância para o desenvolvimento local. Acrescentou que, no seu contacto diário com cidadãos migrantes, tem identificado dificuldades recorrentes, nomeadamente ao nível dos processos administrativos e da obtenção de documentação e regularização da residência, sendo este um dos principais



Dr.  
R. H. P.  
J.

constrangimentos sentidos. Referiu ainda que alguns migrantes manifestam dificuldades no acesso a serviços em determinados centros urbanos, tendo sido transmitido que, em alguns casos, a resolução de processos é mais fácil noutros concelhos, o que evidencia diferenças na resposta administrativa. Neste contexto, considerou positivo que o concelho disponha de um plano específico para a integração de migrantes, salientando que estas populações são fundamentais para a dinâmica social e económica local. Destacou que o concelho tem registado perdas populacionais ao longo dos anos e um acentuado envelhecimento demográfico, pelo que a entrada de novos residentes contribui para a revitalização do território e para o equilíbrio geracional. Concluiu referindo que a integração de migrantes representa uma oportunidade para a renovação demográfica e para o reforço da sustentabilidade do concelho, constituindo um fator relevante para o seu desenvolvimento futuro. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que o Plano já se encontrava anteriormente elaborado, sendo possível, nesta fase, proceder apenas a alguns ajustamentos pontuais, não sendo viável uma reformulação estrutural do mesmo. Salientou que estes planos têm natureza dinâmica e devem ser permanentemente atualizados em função da realidade, sublinhando a importância de dispor de instrumentos adequados que permitam acolher e integrar pessoas provenientes de diferentes contextos e com diferentes formações, sem necessidade de deslocação para os seus países de origem. Referiu que o objetivo principal passa por reforçar a capacidade do concelho da Lousã para acolher novas populações, assegurando condições de integração, empregabilidade e qualidade de vida. Neste sentido, afirmou que o concelho deve ser entendido como um território com capacidade de crescimento sustentável, capaz de atrair e fixar população, promovendo simultaneamente o desenvolvimento económico e social. Concluiu sublinhando que importa transmitir um sinal claro de que a Lousã reúne condições para acolher mais pessoas e para garantir um enquadramento adequado a quem escolhe residir no concelho, promovendo uma integração responsável e sustentável.-----



Handwritten signature in blue ink.

Colocada à votação o Plano Municipal para a integração de migrantes no concelho da Louçã, o mesmo foi aprovado por maioria com 1 (uma) abstenção do CHEGA, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 8 (oito). -----

**PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**8.Eleição de 2 presidentes de junta para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;** -----

O Sr. Presidente da Assembleia, informou que os presidentes de junta fizeram chegar à mesa da assembleia informação com os nomes dos representantes nas diversas entidades colocadas, hoje à votação. Colocou à votação como representantes na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia de Serpins – Jorge Lima e Junta de Freguesia de Vilarinho – Joaquim Seco. -----

Colocada à votação a eleição Jorge Lima e Joaquim Seco para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 9 (nove). -----

**PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**9.Eleição de 1 presidente de junta para o Conselho Municipal de Educação da Louçã - CMEL;** -----

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou à votação, como representante do Conselho Municipal de Educação da Louçã, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Louçã – Alcindo Quaresma. -----

Colocado à votação a eleição de Alcindo Quaresma para o Conselho Municipal de Educação da Louçã, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº10 (dez).

**PONTO 10 DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**10.Eleição de 1 presidente de junta para o Conselho Cinegético Municipal;** -----

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou à votação, como representante do Conselho Cinegético Municipal, a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Foz de Arouce e Casal de Ermio – Sofia Antunes. -----



Colocada à votação a eleição de Sofia Antunes para o Conselho Cinegético Municipal, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 11 (onze). -----

**PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**11. Eleição de 1 presidente de junta para o Comissão Municipal de Proteção Civil;** -----

**O Sr. Presidente da Assembleia,** colocou à votação, como representante do Conselho Municipal de Proteção Civil, o Sr.º Presidente da Junta de Freguesia de Serpins – Jorge Lima. -----

Colocada à votação a eleição de Jorge Lima para o Conselho Municipal de Proteção Civil, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 12 (doze). -----

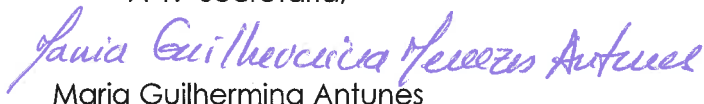
**O Senhor Presidente da Mesa** colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis da Coligação É Hora de Mudar – PPD/PSD – CDS-PP, do PS, do MIL e do CHEGA, quando estavam presentes na sala vinte e seis elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa,** depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e três horas e trinta minutos.

O Presidente da Mesa,

  
Santinho Antunes

A 1.º Secretária,

  
Maria Guilhermina Antunes

A 2ª Secretária,



Daniela Santos

